

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 916.052 DISTRITO FEDERAL**

**RELATORA** : MIN. CÁRMEN LÚCIA  
**RECTE.(S)** : OZIAS FERREIRA  
**ADV.(A/S)** : LÍLIAM REGINA PASCINI E OUTRO(A/S)  
**RECDO.(A/S)** : INAB INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA  
**ADV.(A/S)** : JOSÉ FERNANDES PEREIRA E OUTRO(A/S)

**DECISÃO**

*RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO DO TRABALHO. AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL. ACÓRDÃO FUNDAMENTADO NA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL E NA JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA. AUSÊNCIA DE OFENSA CONSTITUCIONAL DIRETA. AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.*

**Relatório**

1. Agravo nos autos principais contra inadmissão de recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, al. *a*, da Constituição da República contra o seguinte julgado do Tribunal Superior do Trabalho:

*“AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. AVISO-PRÉVIO. PAGAMENTO PROPORCIONAL. RITO SUMARÍSSIMO.*

*Recurso calcado em violação dos artigos 5º, XXXV e § 1º e 7º, XXI, da Constituição da República e em divergência jurisprudencial. O artigo 7º, XXI, da CF foi regulamentado pela Lei nº 12.506, de 13 de outubro de 2011.*

*Ocorre que, em razão da impossibilidade de aplicação retroativa da referida lei determinada pelo excelso STF, este e. Tribunal editou a Súmula 441, consagrando tal entendimento e cancelando a antiga Orientação Jurisprudencial nº 84 da e. SBDI-1.*

**ARE 916052 / DF**

*Dessa forma não há como acolher a pretensão recursal porque, no caso dos autos, conforme registrou o TRT, o contrato de trabalho foi rescindido em 13/06/11, antes da publicação da referida Lei 12.506/2011. Não desconstituídos os fundamentos do despacho denegatório, improspera o agravo de instrumento destinado a viabilizar o trânsito do recurso de revista. Agravo de instrumento não provido” (fl.1, doc. 8).*

**2. O Agravante alega contrariados os arts. 1º, inc. IV, 5º, inc. XXXV e § 1º, 7º, inc. XXI, e 102 da Constituição da República.**

*Pondera que, “a partir do momento em que surgiu a complementação legislativa, as alterações que envolveram o aviso-prévio passaram a atingir todos os contratos de trabalho, inclusive os já findos, pois (...) incide sobre os interesses pela norma constitucional tutelados” (fl. 19, doc. 11).*

*Assevera “não pode[r] prevalecer a alegada afronta ao inciso XXXVI do artigo 5º da Carta Maior, uma vez que a Lei 12.506/11 veio por suprir formalmente direito já resguardado desde a promulgação do Diploma e por certo seus efeitos alcançam todos os titulares deste direito que efetivamente já estava cristalizado antes mesmo da complementação” (fl. 23, doc. 11).*

**3. O recurso extraordinário foi inadmitido aos fundamentos de ausência de ofensa constitucional direta e de incidência da Súmula n. 279 do Supremo Tribunal Federal.**

Examinados os elementos havidos nos autos, **DECIDO**.

**4. No art. 544 do Código de Processo Civil, com as alterações da Lei n. 12.322/2010, estabeleceu-se que o agravo contra inadmissão de recurso extraordinário processa-se nos autos do recurso, ou seja, sem a necessidade de formação de instrumento, sendo este o caso.**

Analisam-se, portanto, os argumentos expostos no agravo, de cuja

**ARE 916052 / DF**

decisão se terá, na sequência, se for o caso, exame do recurso extraordinário.

5. Razão jurídica não assiste ao Agravante.

6. O Ministro Relator no Tribunal *a quo* assentou:

*“quanto ao artigo 7º, XXI, da CF, cumpre esclarecer que o referido diploma constitucional foi regulamentado pela Lei nº 12.506, de 13 de outubro de 2011 e que em razão da impossibilidade de aplicação retroativa da lei, este e. Tribunal editou a Súmula 441, que dispõe que ‘O direito ao aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço somente é assegurado nas rescisões de contrato de trabalho ocorridas a partir da publicação da Lei nº 12.506, em 13 de outubro de 2011’, circunstância não verificada nos autos, em que o TRT registrou que o contrato de trabalho foi rescindido em 13/6/11 (fl. 96)” (fl. 5, doc. 8).*

Como afirmado na decisão agravada, a apreciação do pleito recursal demandaria a prévia análise da legislação infraconstitucional e da jurisprudência trabalhista. A alegada contrariedade à Constituição da República, se tivesse ocorrido, seria indireta, a inviabilizar o processamento do recurso extraordinário:

*“DIREITO DO TRABALHO. AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL. RESCISÃO CONTRATUAL OCORRIDA ANTES DA LEI 12.506/2011. CONSONÂNCIA DA DECISÃO RECORRIDA COM A JURISPRUDÊNCIA CRISTALIZADA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO QUE NÃO MERECE TRÂNSITO. REELABORAÇÃO DA MOLDURA FÁTICA. PROCEDIMENTO VEDADO NA INSTÂNCIA EXTRAORDINÁRIA. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 22.8.2014. 1. O entendimento adotado pela Corte de origem, nos moldes do assinalado na decisão agravada, não diverge da jurisprudência firmada no âmbito deste Supremo Tribunal Federal. Entender de modo diverso demandaria a*

**ARE 916052 / DF**

*reelaboração da moldura fática delineada no acórdão de origem, o que torna oblíqua e reflexa eventual ofensa, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. 2. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada. 3. Agravo regimental conhecido e não provido” (ARE n. 902.271-AgR, Relatora a Ministra Rosa Weber, Primeira Turma, DJe 1º.9.2015).*

*“Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. 2. Aviso prévio proporcional. Período anterior à Lei 12.506/2011. Irretroatividade da lei. 3. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 4. Agravo regimental a que se nega provimento” (ARE n. 837.848-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe 9.9.2015).*

*“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO DO TRABALHO. FÉRIAS. DOBRA NO PAGAMENTO REALIZADO FORA DO PRAZO LEGAL. ACÓRDÃO RECORRIDO FUNDAMENTADO NA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL E NA JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA. OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO” (ARE n. 788.188-AgR, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 14.2.2014).*

*“TRABALHISTA. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. LEGISLAÇÃO TRABALHISTA. NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS. OFENSA REFLEXA. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE MULTA. OFENSA INDIRETA. PRECEDENTES. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 5º, XXXV E LV, DA CONSTITUIÇÃO. OFENSA REFLEXA. PRECEDENTES. ART. 93, IX, DA CF. ACÓRDÃO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADO. AGRAVO IMPROVIDO. I – O acórdão recorrido decidiu a causa à luz da legislação trabalhista e da jurisprudência do TST. A apreciação do*

**ARE 916052 / DF**

*tema constitucional, no caso, depende do prévio exame de normas infraconstitucionais. A afronta à Constituição, se ocorrente, seria indireta. II – Em relação à condenação ao pagamento de multa, o acórdão recorrido decidiu a questão com base em normas processuais, sendo pacífico na jurisprudência desta Corte o não-cabimento de recurso extraordinário sob alegação de má interpretação, aplicação ou inobservância dessas normas. Precedentes. III – Agravo regimental improvido” (AI n. 789.375-AgR, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJe 12.11.2010).*

Nada há a prover quanto às alegações do Agravante.

7. Pelo exposto, **nego seguimento ao agravo** (art. 544, § 4º, inc. II, al. a, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

**Publique-se.**

Brasília, 13 de outubro de 2015.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**  
Relatora